

DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DO PROUNI

Fernanda da Rosa Becker

EAESP-FGV/ INEP

e-mail: fbecker@gvmail.br

Maria Helena Ferreira de Faria

UNIFACEX

e-mail: mhffaria@yahoo.com.br

Resumo

O Programa Universidade para Todos - ProUni tem por objetivo democratizar o acesso ao ensino superior por meio do ingresso de alunos menos favorecidos economicamente. Este estudo tem como objetivo avaliar o desempenho dos bolsistas em relação aos demais alunos nas instituições participantes. A análise de caráter quantitativo utilizou os microdados do SISPROUNI e do ENADE e observou que os bolsistas ingressantes obtêm resultados melhores que os demais alunos, mas a diferença não se mantém ao longo do curso.

Palavras- Chave: Ensino Superior, Democratização e Acesso

1. Introdução

A expansão do ensino superior é uma realidade global. Como toda expansão traz benefícios e novos desafios a serem superados, destacam-se nesse caso a questão da equidade de acesso e o crescimento da oferta com garantia da qualidade dos cursos oferecidos.

O Programa Universidade para Todos - ProUni tem por objetivo reduzir esses desafios por meio do acesso de alunos menos favorecidos economicamente ao ensino superior. Há uma clara preocupação com a qualidade nesse programa, isto aparece tanto sob a ótica da qualidade dos alunos (por meio da exigência de uma nota mínima no ENEM) quanto sob a ótica da qualidade dos cursos (por meio da exigência de bons resultados nas avaliações oficiais).

Uma breve análise da literatura existente permite encontrar algumas críticas ao Programa como, por exemplo, afirmar que cada vez mais se dividem os alunos, colocando os de melhor condição social nas instituições públicas e os restantes nas privadas. Em geral, o que se considera é que os alunos bolsistas são “mais fracos” e vão para cursos de qualidade inferior.

O presente estudo tem como objetivo avaliar se de fato os alunos bolsistas podem ser considerados “mais fracos”, isto é, se apresentam desempenhos mais baixos do que os demais alunos das instituições participantes. Dessa forma, o texto está dividido em 5 partes. A primeira é esta breve introdução; a segunda apresenta o processo de reforma e a expansão do ensino superior; a terceira apresenta o sistema de avaliação do ensino superior, que forneceu as informações necessárias para essa análise; a quarta traz a metodologia e a análise dos dados e a quinta comentários finais.

2. Reforma e Expansão do Ensino Superior no Brasil

A reforma do ensino superior teve como um de seus alicerces as alterações legais introduzidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A Constituição estabeleceu a plena autonomia das universidades e fez com que as instituições de ensino superior fossem credenciadas como universidades, faculdades integradas, institutos federais ou centros universitários.

As universidades são instituições de ensino multidisciplinar de alto nível com pesquisa e extensão. Neste sentido, elas devem ter: produção intelectual por meio do estudo sistemático dos temas e questões relevantes, corpo docente com a titulação exigida em lei e um terço destes em regime de tempo integral. A universidade tem autonomia didático-científica, bem como da gestão administrativa e financeira.

Os centros universitários são instituições que ofertam ensino em nível superior e tem autonomia em seus cursos e programas. Eles são semelhantes às universidades no tocante a permissão para abrir novos cursos, mas não são obrigados a ter a pesquisa acadêmica e extensão de programas.

As faculdades integradas são organizadas para agir de uma forma comum e sob um sistema unificado. Elas têm um plano de estudos sob o controle de uma administração central, não têm autonomia e devem pedir permissão ao Ministério da Educação a fim de iniciar um novo curso.

Os institutos federais são instituições especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de aprendizagem, com base em uma combinação de conhecimentos tecnológicos e experiência prática. A próxima tabela ilustra a expansão do ensino superior em cada uma dessas categorias na última década.

Tabela1 – Expansão das Instituições de Ensino Superior

	Total	Universidade	%	Centro Universitário	%	Faculdades Integradas	%	Instituto Federal	%
2001	1.391	156	11,2	66	4,7	1.143	82,2	26	1,9
2002	1.637	162	9,9	77	4,7	1.367	83,5	31	1,9
2003	1.859	163	8,8	81	4,4	1.576	84,8	39	2,1
2004	2.013	169	8,4	107	5,3	1.703	84,6	34	1,7
2005	2.165	176	8,1	114	5,3	1.842	85,1	33	1,5
2006	2.270	178	7,8	119	5,2	1.940	85,5	33	1,5
2007	2.281	183	8	120	5,3	1.945	85,3	33	1,4
2008	2.252	183	8,1	124	5,5	1.911	84,9	34	1,5
2009	2.314	186	8	127	5,5	1.966	85	35	1,5
2010	2.378	190	8	126	5,3	2.025	85,2	37	1,6

Fonte: INEP

Tabela 2 – Expansão do Ensino Superior por Categoria Administrativa

	Total	Público						Privado	%
		Federal	%	Estadual	%	Municipal	%		
2001	1.391	67	4,8	63	4,5	53	3,8	1208	86,8
2002	1.637	73	4,5	65	4	57	3,5	1442	88,1
2003	1.859	83	4,5	65	3,5	59	3,2	1652	88,9
2004	2.013	87	4,3	75	3,7	62	3,1	1789	88,9
2005	2.165	97	4,5	75	3,5	59	2,7	1934	89,3
2006	2.270	105	4,6	83	3,7	60	2,6	2022	89,1
2007	2.281	106	4,6	82	3,6	61	2,7	2032	89,1
2008	2.252	93	4,1	82	3,6	61	2,7	2016	89,5
2009	2.314	94	4,1	84	3,6	67	2,9	2069	89,4
2010	2.378	99	4,2	108	4,5	71	3	2100	88,3

Fonte: INEP

Levando-se em conta a organização do Ensino Superior, Barros (2010) adverte que LDB/1996 introduz mudanças fundamentais, através da descentralização e flexibilidade concedida à organização dos currículos e programas, no entanto, estabelece novas formas de

controle por meio de processos de avaliação externa para o credenciamento e reconhecimento das instituições e para o reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. O foco deixa de estar nos processos e passa para os resultados do processo educativo: o aprendizado dos alunos.

Apesar do crescimento, o Brasil ainda apresenta um grande desequilíbrio no acesso dos jovens ao ensino superior quando comparado com o cenário internacional. Apenas 15% da população brasileira entre 18 e 24 anos está matriculada no ensino superior. O forte crescimento se deu não somente pelo aumento do número de jovens nas universidades, mas também pelas matrículas de uma população trabalhadora nos cursos noturnos, são estudantes mais velhos e com perfil diferente do aluno tradicional de graduação.

Essa expansão consequente também do aumento de vagas ofertadas resultante do processo de privatização do ensino superior vem sendo acompanhada de um conjunto de externalidades como o aumento no número de vagas ociosas, evasão e altas taxas de inadimplência nas instituições privadas (PORTO & REGNIER, 2003).

Ao considerar a questão das vagas ociosas, deve ser lembrado que, muitas vezes, as vagas são oferecidas em processos seletivos sem que as condições efetivas para o funcionamento do curso já estejam concretamente asseguradas. Isso ocorre principalmente no setor privado. Nesses casos, aparecendo demanda as instituições de ensino “providenciam” a oferta (REZENDE PINTO, 2004).

Outro ponto que deve ser destacado ao analisar a expansão desse nível de ensino é a grande variação no total de vagas oferecidas ao considerar os diferentes cursos. Novamente não é possível observar um crescimento homogêneo. As vagas (ofertadas, ocupadas e ociosas) se concentram em algumas áreas. Como bem argumenta Neves (2012), os cursos de direito e administração, como os demais que se enquadram na categoria de Ciências Sociais Aplicadas, são de menor custo e podem ser classificados como “genéricos”. Com um diploma desta área é possível trabalhar em distintos empregos, como gerencias, recursos humanos, etc. Desse modo, há forte concentração nessas áreas. As Tabelas 3 e 4 ilustram essa distribuição por grau acadêmico e por cursos selecionados.

Tabela 3 – Vagas Ofertadas e Matrículas por Cursos de Graduação Selecionados

Cursos Selecionados	Matrículas	% em relação ao total	Vagas Oferecidas	% em relação ao total
Total geral	6.739.689	100	4.453.431	100

Administração	1.284.395	19,1	1.131.344	25,4
Direito	723.044	10,7	214.821	4,8
Economia	52.163	0,8	24.837	0,6
Educação Física	181.803	2,7	123.733	2,8
Engenharia	604.437	9,0	307.938	6,9
Medicina	108.033	1,6	16.752	0,4
Pedagogia	592.642	8,8	355.212	8,0
Outros Cursos	3.193.172	47,4	2.278.794	51,2

Fonte: Censo da Educação Superior 2011 - Inep/MEC

Tabela 4 - Número de Vagas Oferecidas e Matrículas nos Cursos de Graduação, por Grau Acadêmico - Brasil – 2011

Grau Acadêmico	Vagas Oferecidas	Matrículas
Bacharelado	2.348.664	4.495.831
Licenciatura	972.675	1.356.329
Tecnológico	1.120.180	870.534
Não se aplica**	11.912	16.995

Fonte: Censo da Educação Superior 2011

Não se aplica**: corresponde à Área Básica de Curso na qual não está definido o grau acadêmico.

A Tabela 3 indica o total de vagas ofertadas nos cursos selecionados e sua participação no total de vagas ofertadas no ensino superior; o total de matrículas no curso e o percentual relativo em relação à totalidade de matrículas no ensino superior. Destarte, 19,1% do total de matrículas do ensino superior são de alunos de Administração e 22% das vagas ofertadas no ano de 2011 foram para as licenciaturas.

Uma questão que se coloca é se a expansão do acesso permitiu também o aumento do ingresso em termos relativos, isto é, se os estudantes menos favorecidos economicamente passaram a ter maior ingresso no ensino superior. Mello (2007) analisa os dados de 1994 a 2002 e conclui que as desigualdades em relação ao ingresso e a evasão não sofreram alterações no período. Os resultados do estudo indicam a existência de forte correlação entre a condição social e as oportunidades de ingresso no ensino superior.

Conclui-se que somente expandir o setor não é suficiente para garantir a equidade do acesso. O aumento do número de vagas não pode ser traduzido como um aumento de

equidade, sobretudo ao considerar o ingresso por renda e a qualidade do ensino ofertada nos diferentes cursos. Fazem-se necessárias, portanto, ações que reduzam o efeito dos fatores que limitam o ingresso nesse nível de ensino.

Dessa forma se deu a criação de novos programas e de novas alternativas de financiamento para os estudantes sem condições de custear as despesas de um curso. Merece destaque o Programa Universidade para Todos – PROUNI.

O PROUNI foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096 de 2005. A finalidade do programa é aumentar o acesso por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

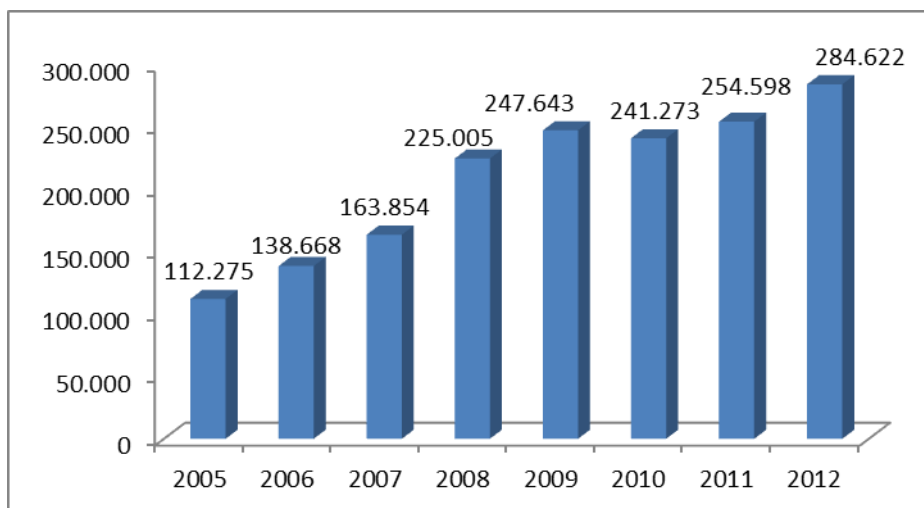
As instituições que aderirem ao Programa deverão conceder bolsas de estudo em troca da isenção, no caso das instituições com fins lucrativos, de recolhimento do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Há um conjunto de características que tornam um candidato elegível para bolsa: ter concluído o ensino médio em uma escola pública ou concluído em instituição privada com bolsa integral, ter necessidades especiais ou ser professor da educação básica pública que está buscando uma formação complementar em sua graduação ou Pedagogia. Neste último caso, não é necessário comprovar renda familiar per capita. Por ser voltado para a população de baixa renda, o Programa pode ser incorporado ao grupo de políticas inclusivas, compensatórias, focalizadas e afirmativas.

Além dos critérios já expostos, a seleção leva em consideração as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que é uma tentativa de incluir os estudantes com melhor desempenho acadêmico e que de fato tem como obstáculo para o ingresso limitações no tocante à renda e demais condições sociais.

Por fim, foi instituído um controle de frequência mínima obrigatória dos bolsistas, correspondente a 75% da carga horária do curso e um aproveitamento mínimo, 75% das disciplinas cursadas em cada período letivo. Desde sua criação até o processo seletivo de 2012, o Programa ofertou bolsas a cerca de 1,7 milhões de estudantes, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1- Bolsas Ofertadas pelo PROUNI



Fonte: SISPROUNI

Como exposto, a expansão do acesso ocorreu não apenas no setor privado, mas também no setor público. Em 2007, o Programa REUNI foi instituído e foi acompanhado por todas as Universidades Federais, com financiamento para a expansão do número de campi, empregos e cursos, preferencialmente no turno da noite. É responsabilidade de cada instituição desenvolver propostas para o crescimento do ensino de graduação e chegar a um total de 90% dos cursos de graduação em relação ao número total de entrada de alunos.

Em síntese, os objetivos do REUNI são: ampliar o acesso, gerar novas vagas no turno da noite, combater a evasão e expandir a oferta de cursos em diferentes áreas. O número de municípios atendidos por universidades aumentou de 114 em 2003 para 237 em 2011. No entanto, não é desejável para expandir um sistema e de uma prestação de um serviço sem garantia de qualidade. A fim de realizar essa tarefa todo um sistema de avaliação e monitoramento foi desenvolvido durante as últimas décadas para promover a qualidade da educação no país.

3. Avaliação do Ensino Superior

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trouxe contribuições importantes para a organização do sistema de avaliação do ensino superior no Brasil. Novos mecanismos de avaliação foram progressivamente implementados: o Exame Nacional de Cursos (ENC), oferecido aos egressos dos programas de graduação; Questionário sobre as condições socioeconômicas do aluno, a Avaliação das Condições de Ensino (ACO) e a Avaliação Institucional de Centros Universitários.

Em 1996 teve início o ENC (popularmente conhecido como Provão), os matriculados no último período dos cursos de Direito, Engenharia Civil e Administração foram submetidos ao exame. Quatro novos cursos foram incluídos no processo a cada ano de modo a ter a avaliação para todas as carreiras.

A avaliação das condições de ensino dos cursos de graduação teve por base os seguintes fatores: organização didático-pedagógica, adequação das instalações físicas, adequação das instalações especiais (laboratórios e outros ambientes essenciais para o currículo), qualificações dos membros do corpo docente e bibliotecas.

Em 2004, o ENC foi substituído por exame Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, que faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e visa avaliar o desempenho dos alunos de cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências.

O Sinaes, criado em 2004, é composto por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos alunos. O Sistema avalia todos os aspectos relativos a estas três áreas: ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente, instalações e vários outros aspectos.

As informações obtidas através do Sinaes são utilizadas pelas instituições de ensino superior para medir a eficácia institucional e o desempenho acadêmico; os resultados também são usados por alunos, pais, acadêmicos e pelo público em geral para orientar suas decisões sobre os cursos e instituições.

A proposta do Sinaes compreende a necessidade de um ciclo de análise. Neste sentido, o sistema é baseado em três pilares: a avaliação institucional, a avaliação do curso e a avaliação dos alunos. No entanto, cada pilar é composto por várias etapas e performances que diferem entre as instituições de ensino superior. Este é um dos grandes princípios do Sinaes "para respeitar as diferenças e especificidades de cada instituição".

Além disso, o Conceito Preliminar de Cursos - CPC foi criado, o índice é composto por três elementos: a informação recolhida (30%), os resultados do ENADE (40%) e o IDD (30%). As informações coletadas compreendem dados de infraestrutura física e instalações; recursos didático-pedagógicos e corpo docente. O IDD é a diferença entre o desempenho médio dos alunos de um curso e o desempenho médio estimado para os formandos desse curso, considerando as instituições participantes como um todo.

Em nossa análise, utilizaremos as informações coletadas por meio desse sistema de avaliação, mais especificamente pelo ENADE com objetivo de responder a questão que se

colocou ainda na introdução desse texto: **os alunos bolsistas do PROUNI podem ser considerados “mais fracos” ao considerar o desempenho?**

4. Metodologia e Análise de dados

O estudo foi feito com base nos microdados do ENADE/2007 e ENADE/2008 e teve por objetivo identificar a diferença de desempenho entre alunos participantes do ProUni e alunos não participantes nos cursos avaliados.

Foram avaliados 16 áreas¹ em 2007 e 30 áreas² em 2008. Na análise foram utilizados cursos que possuíam um número de bolsistas ingressantes ou concluintes igual ou superior a dez alunos. Assim, 13 cursos de 2007 foram analisados e 24 cursos³ foram selecionados no ano de 2008.

A análise foi feita por meio de regressão e teve como variável dependente a nota geral obtida pelos alunos em cada área. Foram criadas variáveis binárias para as escolas de modo que fosse possível controlar os resultados, isto é, evitar que características particulares de cada centro interferissem na análise realizada.

Além das variáveis de controle citadas, incluiu-se uma variável binária para bolsistas e uma variável binária para ingressantes/concluintes. Foram duas regressões para cada área considerando apenas ingressantes ou apenas concluintes. Deve ser ressaltado que somente foram incluídos os alunos que responderam a questão 11 do questionário Socioeconômico do ENADE uma vez que esse foi o indicador utilizado para verificar a situação bolsista/ não bolsista. Assim, excluiu-se 30% das observações pertencentes aos microdados. As próximas tabelas apresentam informações descritivas dos cursos após o corte dos que não responderam a essa questão.

Tabela 5 – Estatísticas Descritivas dos Cursos 2007

¹ Agronomia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Veterinária, Nutrição, odontologia, serviço social, tecnologia Agroindústria, tec. Radiologia, terapia ocupacional e Zootecnia.

² Matemática, Letras, Física, Química, Biologia, Pedagogia, Arquitetura e Urbanismo, História, Geografia, Filosofia, Informática, Ciências Sociais, Engenharias (grupo I ao VIII) e alguns cursos Tecnológicos (Alimentos, Processos Químicos, Redes de computadores, Saneamento ambiental, Gestão da Produção Industrial, Manutenção Industrial, Fabricação Mecânica e Construção de Edifícios).

³ Cursos com menos de dez bolsistas: engenharia (grupo V), engenharia (grupo VII), tecnologia em alimentos, tecnologia em fabricação mecânica, tecnologia em manutenção industrial e tecnologia em saneamento ambiental.

Área	Ingressantes			Concluintes		
	ProUni	Não ProUni	Total	ProUni	Não ProUni	Total
Agronomia	150	5240	5390	44	3306	3350
Biomedicina	216	3604	3820	48	1577	1625
Educação Física	1236	21296	22532	679	18755	19434
Enfermagem	1302	22425	23727	289	13085	13374
Farmácia	717	10345	11062	126	6674	6800
Fisioterapia	876	11476	12352	161	7791	7952
Fonoaudiologia	97	1149	1246	24	1169	1193
Medicina	204	6610	6814	32	3566	3598
Medicina Veterinária	249	5188	5437	37	3227	3264
Nutrição	543	8014	8557	88	4821	4909
Odontologia	273	5447	5720	42	3426	3468
Serviço Social	545	8035	8580	161	5288	5449
Tecnologia Agroindústria	6	340	346	4	320	324
Tecnologia Radiologia	166	2511	2677	103	1492	1595
Terapia Ocupacional	50	940	990	10	804	814
Zootecnia	51	2375	2426	5	1544	1549

Fonte: Microdados do ENADE 2007

Tabela 6 – Estatísticas Descritivas dos cursos 2008

Área	Ingressantes			Concluintes		
	ProUni	Não ProUni	Total	ProUni	Não ProUni	Total
Arquitetura e Urbanismo	346	5624	5970	66	4650	4716
Biologia	557	9533	10090	642	9393	10035
Ciências Sociais	25	1294	1319	48	1486	1534
Computação e Informática	1051	12212	13263	868	9597	10465
Engenharia (Grupo I)	287	6220	6507	80	3824	3904
Engenharia (Grupo II)	742	10224	10966	97	6535	6632
Engenharia (Grupo III)	253	4446	4699	42	2527	2569
Engenharia (Grupo IV)	152	3375	3527	24	2066	2090
Engenharia (Grupo V)	25	546	571	5	309	314
Engenharia (Grupo VI)	328	4985	5313	60	2057	2117
Engenharia (Grupo VIII)	157	3055	3212	28	1100	1128
Engenharia (Grupo VII)	23	1227	1250	10	780	790
Filosofia	103	1993	2096	96	1867	1963
Física	64	2444	2508	50	1834	1884
Geografia	170	3824	3994	253	5363	5616
História	383	7078	7461	466	8158	8624
Letras	725	10503	11228	1050	13733	14783
Matemática	236	5960	6196	408	6532	6940
Pedagogia	2274	29084	31358	2456	30913	33369
Química	223	5395	5618	216	4281	4497
Tecnologia em Alimentos	10	467	477	8	337	345
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de	259	3348	3607	235	2498	2733

Sistemas						
Tecnologia em Automação Industrial	55	1286	1341	36	861	897
Tecnologia em Construção de Edifícios	11	208	219	0	180	180
Tecnologia em Fabricação Mecânica	9	387	396	13	295	308
Tecnologia em Gestão da Produção Industrial	72	877	949	31	506	537
Tecnologia em Manutenção Industrial	12	264	276	10	180	190
Tecnologia em Processos Químicos	41	355	396	24	253	277
Tecnologia em Redes de Computadores	252	2974	3226	150	1806	1956
Tecnologia em Saneamento Ambiental	22	254	276	6	255	261

Fonte: Microdados do ENADE 2008

Os cursos em cinza foram excluídos da análise em razão de ter um número de ingressantes/ concluintes inferior a dez. Logo, três cursos foram excluídos no ano de 2007 e sete no ano de 2008. A regressão feita para analisar os dados foi:

$$N = \beta_0 + \beta' B + \beta^2 E + e$$

Onde:

N= Nota no ENADE

B= *Dummy* de Bolsista

E = *Dummy* de Escola (variável de controle)

Dessa forma, foi feita uma regressão conforme o modelo anterior para cada curso selecionado. O resultado permite inferir a diferença entre o desempenho dos alunos bolsistas e dos não bolsistas dentro de um mesmo curso controlado pelas escolas.

A Tabela 4 apresenta os coeficientes encontrados para os cursos de 2007 e seus respectivos desvios-padrão. Os resultados em cinza indicam coeficientes não significativos em um intervalo de 5% de confiança.

Tabela 7 – Coeficientes dos Cursos Participantes do ENADE 2007

Área		Ingressantes	Concluintes
Agronomia	Coeficiente	5.153	2.106
	Desvio	(1.124)	(2.214)
Biomedicina	Coeficiente	4.616	5.689
	Desvio	(0.670)	(1.724)
Educação Física	Coeficiente	8.346	2.872

	Desvio	(0.435)	(0.606)
Enfermagem	Coeficiente	5.000	-0.266
	Desvio	(0.268)	(0.649)
Farmácia	Coeficiente	6.798	-0.539
	Desvio	(0.445)	(1.113)
Fisioterapia	Coeficiente	6.261	-1.164
	Desvio	(0.400)	(0.968)
Fonoaudiologia	Coeficiente	5.560	-3.748
	Desvio	(1.596)	(2.808)
Medicina	Coeficiente	2.168	-0.351
	Desvio	(0.736)	(2.308)
Medicina Veterinária	Coeficiente	4.959	2.281
	Desvio	(0.646)	(1.979)
Nutrição	Coeficiente	5.716	-1.419
	Desvio	(0.503)	(1.409)
Odontologia	Coeficiente	5.248	1.539
	Desvio	(0.673)	(1.872)
Serviço Social	Coeficiente	6.384	0.608
	Desvio	(0.618)	(1.397)
Tecnologia Radiologia	Coeficiente	3.258	4.959
	Desvio	(0.733)	(1.068)

Fonte: Microdados do ENADE 2007

Observa-se que em geral os ingressantes contemplados com bolsa ProUni têm rendimento superior aos demais alunos em todas as áreas. A maior diferença aparece no curso de Educação Física e a menor no curso de Medicina.

No entanto, o resultado não se repete ao analisar os concluintes. Há cursos com coeficientes negativos e a maioria não apresenta resultados estatisticamente significativos. Apenas três cursos (Biomedicina, Educação Física e Tecnologia em Radiologia) têm resultados positivos e significativos. Desses cursos o que apresenta maior coeficiente é o de Biomedicina e o menor coeficiente foi em Educação Física.

Tabela 8 – Coeficientes dos Cursos Participantes do ENADE 2008

Área		Ingressantes	Concluintes
Arquitetura e Urbanismo	Coeficiente	4.403	-2.671
	Desvio	(0.655)	(1.660)
Biologia	Coeficiente	5.370	5.490
	Desvio	(0.498)	(0.517)
Ciências Sociais	Coeficiente	-6.201	0.397

	Desvio	(4.507)	(3.643)
Computação e Informática	Coeficiente	3.080	3.195
	Desvio	(0.294)	(0.373)
Engenharia (Grupo I)	Coeficiente	3.740	0.588
	Desvio	(0.607)	(1.320)
Engenharia (Grupo II)	Coeficiente	3.797	1.671
	Desvio	(0.378)	(1.124)
Engenharia (Grupo III)	Coeficiente	4.058	-3.199
	Desvio	(0.725)	(1.737)
Engenharia (Grupo IV)	Coeficiente	2.809	-0.107
	Desvio	(0.798)	(2.382)
Engenharia (Grupo VI)	Coeficiente	5.601	2.206
	Desvio	(0.724)	(1.767)
Engenharia (Grupo VIII)	Coeficiente	1.685	-3.801
	Desvio	(2.793)	(4.601)
Filosofia	Coeficiente	2.516	0.988
	Desvio	(1.324)	(1.408)
Física	Coeficiente	-0.543	0.906
	Desvio	(1.672)	(2.318)
Geografia	Coeficiente	5.691	3.360
	Desvio	(1.135)	(0.957)
História	Coeficiente	5.697	5.821
	Desvio	(0.809)	(0.824)
Letras	Coeficiente	5.746	6.506
	Desvio	(0.544)	(0.457)
Matemática	Coeficiente	3.297	4.336
	Desvio	(0.701)	(0.612)
Pedagogia	Coeficiente	9.337	7.601
	Desvio	(0.308)	(0.319)
Química	Coeficiente	2.320	4.440
	Desvio	(0.688)	(0.788)
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Coeficiente	5.425	5.147
	Desvio	(0.770)	(0.837)
Tecnologia em Automação Industrial	Coeficiente	4.570	2.405
	Desvio	(1.250)	(1.947)
Tecnologia em Gestão da Produção Industrial	Coeficiente	5.541	1.306
	Desvio	(1.609)	(2.460)
Tecnologia em Processos Químicos	Coeficiente	9.645	3.520
	Desvio	(2.047)	(2.768)
Tecnologia em Redes de Computadores	Coeficiente	3.934	4.150
	Desvio	(0.724)	(1.143)

Fonte: Microdados do ENADE 2008

Assim como observado no ano de 2007, os ingressantes que possuem bolsa ProUni nos cursos selecionados apresentam resultados melhores do que os demais alunos. Aparecem dois cursos (Ciências Sociais e Física) com coeficientes negativos, mas não são

estatisticamente significativos. Dois cursos chamam a atenção pela grande diferença obtida pelos bolsistas: Pedagogia e Tecnologia em Processos Químicos. A menor variação encontrada foi no curso de Engenharia (Grupo IV).

Em relação aos concluintes, verifica-se um maior número de cursos com coeficientes positivos e significativos. A maior variação encontrada foi no curso de Pedagogia e a menor no curso de Informática.

Ao analisar conjuntamente os resultados apresentados nas Tabelas 7 e 8, um ponto a ser considerado é que, em geral, os bolsistas ingressantes obtêm resultados melhores que os demais alunos, mas a diferença não se mantém ao longo do curso. Mesmo quando há um melhor desempenho dos concluintes, o coeficiente é menor do que o obtido pelos ingressantes.

Uma possível explicação para esse fato seria a existência de um “efeito seleção” ao longo do curso. Os alunos bolsistas estariam sendo bem selecionados e ao ingressar se destacariam em relação aos demais alunos. No entanto, ao longo do curso os alunos mais fracos são retidos, alguns mudam de curso ou mesmo abandonam os estudos. Assim, a amostra de concluintes seria mais homogênea no tocante ao desempenho e por essa razão a variação observada entre o desempenho de bolsistas e não-bolsistas na maior parte dos casos não é significativa.

A exceção aparece nas licenciaturas, pois a maior parte dos cursos analisados que apresenta coeficientes significativos para os bolsistas concluintes são dessa área. Mesmo no ano de 2007, um dos três cursos com resultado estatisticamente significativo oferece a opção de licenciatura (Educação Física). Após apresentar os resultados encontrados, a próxima seção trará alguns comentários finais.

5. Considerações Finais

Os grandes desafios do ensino superior são a expansão da matrícula, a democratização do acesso e a diferenciação da oferta de modo a garantir o atendimento das demandas da economia e da sociedade com garantia da qualidade da formação ofertada.

O PROUNI é um programa que busca atenuar esse quadro e há evidências de que de fato tem contribuído para isso. A análise feita mostrou que, ao contrário do que muitos argumentam, os alunos beneficiados pelo Programa obtêm resultados satisfatórios e, muitas vezes, superiores aos dos demais estudantes.

Os coeficientes expressivos encontrados para as licenciaturas e em especial para o curso de Pedagogia sejam para ingressantes ou concluintes merecem destaque. Esse é um resultado positivo se considerarmos que 20% das matrículas do ensino superior estão concentradas em licenciaturas.

Mesmo assim é um dado que merece atenção uma vez que o maior crescimento de vagas ofertadas se verifica nessas áreas. O efeito seleção de certa forma é um indicador da qualidade do curso (entendida aqui como o conhecimento agregado ao aluno pelo fato de ele estar matriculado numa determinada escola), o fato de algumas escolas manterem uma diferença elevada entre alunos ao longo do curso pode também ser um indício de que pouco está sendo agregado. A análise feita não permite ter resultados conclusivos nesse aspecto. São necessárias novas análises para que seja possível esclarecer a causa dos resultados encontrados.

6. Referências Bibliográficas

INEP – INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Microdados do Censo da Educação Superior anos 2007 e 2008*.

INEP – INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Microdados do Enade anos 2007 e 2008*.

MELLO, J. C. Desigualdades Sociais e Acesso ao Ensino Superior no Brasil no período 1994-2001. In: *Revista electrónica iberoamericana sobre calidad, eficacia y cambio en educación*. ano/vol 5 n.2e pgs 69-83, Madrid Espanha 2007

NEVES, C. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. 2012 Disponível em: <http://www.ufrgs.br/geu/Artigos%202012/Clarissa%20Baeta%20Neves.pdf>

PORTO, C. & REGNIER, K. O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – condicionantes, cenários e tendências 2003 – 2025, Disponível em: <<http://www.macroplan.com.br/ESTUDOS/O-ENSINO-SUPERIOR-NO-MUNDO-E-NO-BRASIL-CONDICIONANTES-TENDENCIAS-E-CENARIOS-PARA-O-HORIZONTE-2003-2025-7.ASPX>>. Acesso em Jan 2012.

PROUNI – *Programa Universidade para Todos*. Disponível em:

<http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140>. Acesso em jan 2013

REZENDE PINTO, M. O Acesso à Educação Superior no Brasil. In: *Revista Educação e Sociedade*. v.25 n. 88 pgs 727-756 Campinas Brasil 2004